

8 e colocadas em votação na convenção nacional extraordinária do PMDB propostas de quatro ou cinco anos de duração do mandato do presidente Sarney, a maioria optará pelas eleições presidenciais a 15 de novembro de 1988. É o que garante o líder do partido na Assembléia Constituinte, senador Mário Covas (SP).

Com apoio considerável de deputados, líderes e delegados regionais, o líder peemedebista não pretende incluir nos questionários que serão apresentados aos convenционаis as questões do tempo de mandato presidencial e sistema de governo — itens da pauta. Covas está seguro de que no plenário da convenção surgirão propostas sobre os dois assuntos, dispensando a consulta prévia.

O senador paulista, com a assessoria de vice-líderes, dirigentes e delegados regionais, pretende instalar "barraquinhas" nas proximidades do plenário da Câmara, local da convenção. Em cada uma haverá folhetos, a pretexto de solicitar apoio da maioria, com orientação envolvendo questões programáticas em exame na Constituinte.

Sob a coordenação do presidente do PMDB do Paraná, deputado maurício Fruet, está sendo preparado um quadro comparativo, com questões econômico-sociais. Na publicação, constarão a linha programática de cada questão e o que foi aprovado pela respectiva comissão temática da Assembléia Constituinte, incluído depois no anteprojeto preparado pelo relator Bernardo Cabral, da Comissão de Sistematização.

O objetivo é o de sensibilizar cada convencional a apoiar os princípios partidários na elaboração de futuras emendas, quando do exame do projeto no plenário da Constituinte. Nessa ocasião poderão ser apresentadas emendas modificando o texto original da Comissão de Sistematização.

O quadro que está sendo preparado pelos liderados de Mário Covas abordará reforma agrária, estabilidade de emprego, ensino público, direi-

Eleições em 88. Essa deve ser a opção do PMDB.

Isso, diz Covas, se a duração do mandato de Sarney for para votação na convenção do partido.

to de greve, definição de empresa nacional, remessa de lucros, reserva de mercado, anistia, direito de associação, intervenção do Estado na economia, entre outros temas.

Sobre sistema de governo e duração do mandato presidencial, a orientação do líder do PMDB na Constituinte é a de não incluir esses assuntos no quadro comparativo. Além de não serem programáticas, as duas questões terão destaque nos pronunciamentos da tribuna. Os discursos dos convencionais, principalmente dos que representam as bases regionais, na opinião de Mário Covas, deverão motivar a maioria a preferir eleições presidenciais a 15 de novembro de 1988 (quatro anos), com adoção do parlamentarismo, a partir de 15 de março de 1989, com a posse do sucessor de Sarney.

Plenos poderes

Covas e os parlamentares mais chegados a ele defendem plenos poderes a Sarney até o final do mandato, desde que prevaleça a proposta de quatro anos. Até 15 de março de 1989, Sarney continuaria como chefe do governo e chefe de Estado, mas com normas fortalecendo o Poder Legislativo, principalmente na competência

de fiscalizar a administração direta e indireta.

Deverão ser distribuídos aos convencionais cópias do pronunciamento do ex-líder do governo e do PMDB na Câmara, deputado Pimenta da Veiga (MG), feito quinta-feira, da tribuna da Assembléia Constituinte, preconizando eleições presidenciais a 15 de novembro do próximo ano. Serão distribuídas, também, cópias da mensagem de Sarney ao Congresso, quando do envio da proposta restabelecendo eleições diretas para presidente, em 1985, na qual manifesta sua preferência pelo mandato de quatro anos.

Os defensores das eleições presidenciais a 15 de novembro de 1988 estão muito confiantes do discurso que o líder deverá fazer aos convencionais dia 19, analisando o quadro nacional, a crise sócio-econômica, o papel do PMDB na Constituinte e eleições presidenciais. Os vice-líderes do PMDB não acreditam na influência do Planalto e dos governadores, para a aprovação do mandato de cinco anos a Sarney.

Os que defendem quatro anos e os que defendem cinco anos sabem que qualquer decisão neste item da pauta não terá força de obrigar nenhum constituinte a adotá-la. A deliberação da maioria, se ocorrer, não deixará de representar uma posição partidária, adotada pelo órgão máximo do PMDB. Ignorar a decisão, de quatro ou de cinco anos, causará constrangimento e agravará a crise interna no partido.

Daf os esforços de Ulysses Guimarães, Carlos Sant'Anna, Luiz Henrique, Expedito Machado, Mauro Benvides e outros defensores do mandato de cinco anos e da preservação dos plenos poderes de Sarney, para evitar a decisão da convenção nacional extraordinária. Se possível, vão mostrar aos convencionais que a duração do mandato do presidente e o sistema de governo não são questões programáticas e estão sob exame da Assembléia Constituinte, "livre e soberana".

Freitas Nobre

O substitutivo do Planalto, disfarçado em emendas.

O presidente Sarney, revelando sua inconformidade com o anteprojeto da Comissão de Sistematização, reagiu dizendo que com ele o País ficaria governável. Mais hábil, o senador Marco Maciel preferiu entender que esse anteprojeto era simples compilação do trabalho das comissões temáticas.

Para tornar prática sua inconformidade, o presidente Sarney usou dois parlamentares — Carlos Sant'Anna e Prisco Viana, seus antigos companheiros da Arena e do PDS que foram os veículos para a apresentação de um substitutivo à Constituição, disfarçado em emendas.

Esperava o Planalto que o presidente da Comissão, senador Afonso Arinos, admitisse pelo menos as emendas, alcançando o mérito da matéria constitucional. Ocorre, porém, que existe um Regimento da Constituinte que levou dois meses para ser aprovado e que impede, nesta fase, emendas de conteúdo.

E o Executivo tinha mais de 200 emendas de interesse nos vários capítulos do anteprojeto, grande parte delas redigidas pelo consultor da República, Saulo Ramos, que as encaminhava aos deputados Carlos Sant'Anna e Prisco Viana. Com a lista dos chamados centro-direita, ele próprio um deles, o deputado Carlos Sant'Anna, utilizava-se de dois mensageiros que permaneciam na fila das quatro horas de espera para protocolar as emendas, enquanto um terceiro ia e vinha, levando os papéis. Já o deputado Prisco Viana ia subscrevendo as

que recebia do Planalto, e até mesmo a justificativa das sugestões redigidas pelo consultor-geral da República. Uma delas, subordinando o primeiro-ministro ao presidente, mantendo a faculdade do chefe do Executivo continuar assinando decretos-leis e dispondo que o Conselho de Ministros é corpo auxiliar do governo com poderes concentrados sempre no chefe da Nação e do governo.

Impetuoso ou, segundo alguns parlamentares do próprio PMDB, arrogante, o líder do governo não se fazia de rogado e respondia ao relator Bernardo Cabral e ao próprio presidente da Comissão de Sistematização que, se não aceitassem o substitutivo, teriam que aceitar as emendas avulsas.

Não foi sem razão que o senador Afonso Arinos reagiu ao líder já questionado do governo, em tom paternal, como convém aos seus mais de 80 anos: o líder do governo é muito moço para entender...

A cada bloco de emendas que chegava, o líder do governo consultava a lista dos comprometidos com o Planalto e, passando por cima da liderança partidária e parlamentar do PMDB, ia determinando quais parlamentares as subscreveriam.

Das 5.618 emendas apresentadas, somente 616 estão sendo objeto de exame pelo relator. Essa redução provavelmente lhe permitirá entregar o anteprojeto no dia 15, quinta-feira da próxima semana, sem necessidade de prorrogação de prazo.

Mas o próprio relator Bernardo Cabral não está satisfeito com o anteprojeto, fazendo do assunto duas colocações. A primeira, de que o projeto não é de sua autoria, mas uma sistematização possível com base no trabalho das comissões temáticas. A segunda, a de que deverá reduzir os 501 artigos a 200 ou 250.

Para essa redução, ele contará, inclusive, com o apoio dos parlamentares sarneyistas que pretendem transferir para a legislação ordinária matérias de execução de várias matérias polêmicas. Ocorre, porém, que o sistema de governo, as atribuições do presidente da República, do primeiro-ministro, do gabinete parlamentarista, o período do mandato presidencial, os limites da reforma agrária, alguns direitos sociais etc, não poderão ficar para a legislação comum e nessa posição já se firmaram os membros da Comissão.

A afirmação crítica do presidente Sarney de que "o projeto é imperfeito e não tem unidade" justicou, também, o preparo de sugestões do ministro Paulo Brossard, como "contribuição", que afirma encaminhar como cidadão e não como ministro.

A verdade é que com a ação direta ou indireta do Planalto o substitutivo disfarçado do Executivo está presente à Comissão e se esta recusar o exame do mérito, como deverá fazê-lo, resta ao plenário da Constituinte, quando na discussão da matéria que vai durar 40 dias, decidir quando as emendas de conteúdo podem ser apresentadas.